

A caminho das eleições sem saber aonde vamos

WASHINGTON NOVAES

Quem quer que se detenha hoje no noticiário sobre a política brasileira e sobre a campanha eleitoral que se avizinha não terá como escapar a certa perplexidade e a interrogações inquietadoras. Quando nada, porque a situação parece indefinida.

As pesquisas sobre intenções de votos para a Presidência da República sugerem um quadro ainda em mutação, quase volátil. Com a ocupante do cargo em vantagem, mas com a oposição ainda sem saber com clareza para onde vai – e se vai unida ou fragmentada, ou que consequências terá sobre o eleitorado o início do julgamento do “mensalão mineiro”; se a Justiça proibirá ou não doações de empresas para campanhas e quem mais perderá ou ganhará com isso. Nesse panorama, o partido dominante no poder leva vantagem – seja por dispor das “benesses” desse poder que seduzem votantes, seja porque o “aparelhamento” nos cargos públicos (fala-se em dezenas de milhares de partidários, talvez centenas de milhares) facilita as ações.

Também nesse panorama, as perguntas são muitas. Começando, num âmbito mais amplo, com as interrogações sobre o que acontecerá no País se continuarem prevalecendo as graves questões do clima que nos assobram. Seca mais prolongada, embora já seja a pior em muitas décadas? Com que consequências nos reservatórios e no abastecimento de água? E no campo da energia? Como isso se refletirá na avaliação dos candidatos?

Depois, cabe perguntar que rumo tomarão os chamados protestos de rua. Que legislação vem por aí? Haverá proibição de “mascarados”, como quer o governo federal, com prisão de até dez anos para eles? Mas com a Copa do Mundo de Futebol se aproximando e 75,8% dos eleitores inconformados com os custos gigantescos assumidos pelo governo (CNT, 19/2)?

Não é o único complicador. Também da área econômica vêm muitos indicadores que sugerem prudência – PIB nacional em queda, redução nas vendas de veículos (provavelmente com o maior endividamento

dos setores sociais “emergentes” internos), baixa nos índices de emprego no último trimestre de 2013 e nos números de assentados em áreas rurais. As notícias internacionais oscilam de rumo, ora com o Fundo Monetário Internacional dizendo que “o crescimento global mantém o ritmo” (Estado, 20/2), ora com os Estados Unidos alertando para a “turbulência” nos emergentes (22/2), que precisariam pôr “a casa em ordem”. As contas correntes brasileiras registraram em janeiro o maior déficit mensal já apurado – US\$ 11,6 bilhões (Estado, 22/2). Internamente, diz o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues que “a lua de mel com o Brasil acabou” e que é “cada vez mais forte entre em-

Que se espera? Que a seleção de futebol seja a campeã do mundo e gere euforia duradoura?

presários a ideia de que o País será rebaixado pelas agências de rating” (13/2).

Teremos eleições com a economia em declínio? Que consequências daí advirão – ainda mais com o governo federal anunciando (Folhapress, 21/2) que realmente o crescimento do PIB será menor do que o estimado antes e que fará um corte de R\$ 44 bilhões nas despesas governamentais? Em que áreas, com que reflexos no eleitorado?

Tudo isso vem num momento de alta turbulência internacional, conflitos entre superpotências a respeito da Ucrânia, queda de mais um governo no Egito, povo revoltado nas ruas da Indonésia, na Síria, na Venezuela, até na Argentina – os dois últimos trazendo mais aflição ao Brasil. Até na China, ferreamente controlada, se sucedem protestos em Pequim e outras cidades, por causa da poluição do ar (FP, 25/2).

As rebeliões nas ruas demonstram mais uma vez que as mobilizações sociais via redes na internet – sem projetos políticos específicos – têm levado a fortes turbulências e até a mudanças de governos, sem que se configure uma nova realidade política e social – como já se escreveu neste espaço. E hoje é muito alta a porcentagem de eleitores nas nossas redes. Para citar um caso, em Goiás mais de 40% de-

les participam de alguma rede; entre jovens de 16 a 18 anos, são 80%; quase 40% têm renda de até dois salários mínimos e 24%, mais de cinco salários mínimos (O Popular, 24/2). Como se refletirão essas coisas entre eles, no País todo ou num Estado onde o número de mandados de prisão por crime chega a 25 mil, o dobro da população carcerária?

A incerteza será maior ainda com a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (Agência O Globo, 14/1) que veda aos veículos de comunicação “fazer enquetes ou sondagens sobre as eleições durante o período de campanha; são proibidas as pesquisas de opinião pública sem registro formal”. E a Justiça Eleitoral ainda poderá auditar “a qualquer tempo equipamentos eletrônicos portáteis usados em pesquisas”. Nos dias de eleição, resultados dessas sondagens só poderão ser divulgados depois de encerrada a votação.

São muitas interrogações. Com a agravante maior de que os partidos no poder não parecem empenhados numa plataforma eleitoral que traga um diagnóstico da situação real do País e de suas questões mais graves. Da mesma forma a oposição, que até aqui se limita a discursos vagos, genéricos, sem enfrentar com clareza os problemas sociais de um país que ainda tem muitos milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da miséria. Com as cidades tumultuadas por indefinição em áreas como o transporte. Sem legislação adequada para o adensamento urbano e o agravamento de tudo ao seu redor. E muito mais.

Que se espera que aconteça? Que venham de fora soluções milagrosas? Que a seleção de futebol seja a campeã do mundo e gere euforia interna duradoura? Que tenhamos por aqui rumos diferentes dos que se veem nos países convulsionados por mobilizações em redes incontrolláveis? É esperar demais.

Graves e imensas tarefas aguardam a comunicação – essencialmente, que ela seja capaz de suprir informações indispensáveis à população e que a esta permitam escolhas adequadas. Sem fugir às complexas questões visíveis em toda parte.

*

JORNALISTA

E-MAIL: WLRNOVAES@UOL.COM.BR